



ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Às dezenove horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e treze, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Jorge Santos e Pedro Patrus - substituto do vereador Tarcísio Caixeta, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos para realização de audiência pública com a finalidade de o Executivo apresentar o projeto de lei que contém a Lei do Orçamento Anual - LOA - para 2014 e de a sociedade ter a oportunidade de debatê-lo e de apresentar sugestões de alteração. Esta reunião decorre da aprovação do Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, Leonardo Pessoa Paolucci; 2) o secretário municipal adjunto de Orçamento, Thiago Alexander Costa Greco; 3) a gerente de coordenação do Orçamento Municipal de Belo Horizonte, Miriam Dolabela. O secretário Thiago Grego agradeceu a oportunidade de o Executivo poder apresentar a LOA para 2014 e destacou que todas as apresentações feitas nas audiências públicas realizadas até então encontravam-se disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, bem como toda a documentação relacionada. O secretário Leonardo Paolucci apontou que o objetivo desta audiência pública é apresentar, mais detalhadamente, os valores com os quais a PBH trabalhará em 2014. Disse que a estimativa da arrecadação total da PBH, incluindo a receita tributária e as receitas de transferências, está baseada nos índices de crescimento econômico do País e nos índices



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inflacionários indicados na LOA para 2014 e nos esforços de combate à sonegação fiscal e à redução do estoque da dívida ativa, o que, segundo afirmou, resultará em maior disponibilidade de recursos para investimentos no Município. Registrou que, de acordo com previsão contida no Orçamento da União para o próximo exercício, haverá continuidade dos repasses aos estados e municípios, com recursos disponíveis para novos investimentos e com a garantia de continuidade de projetos em andamento. Ademais, apontou ter sido estimada receita com a venda de imóveis e terrenos do patrimônio municipal, cujas autorizações serão apreciadas pela CMBH, com vistas a propiciar investimentos nas diversas Áreas de Resultado indicadas no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG. Registrou ter sido incluída, também, a estimativa de ingressos de recursos de operações de crédito, já aprovadas pelo Legislativo, para financiamento de investimentos. Avaliou que, caso algumas dessas premissas não se concretizem, algumas obras poderão ter sua execução prejudicada. Informou que a Prefeitura prevê uma arrecadação total de R\$11,4 bilhões, em 2014, sendo R\$6,2 bilhões provenientes de receita ordinária (tributos e repasses) e R\$5,2 bilhões em recursos vinculados e transferências correntes. Disse que a receita própria e as transferências constitucionais (Recursos Ordinários) para o próximo exercício foram estimadas levando-se em consideração a arrecadação nos últimos meses e o comportamento sazonal das mesmas. Informou que os Recursos Ordinários do Tesouro - ROT - representam 50% do total das fontes de recursos previstas para 2014. Na categoria de recursos vinculados, informou estarem incluídas as receitas decorrentes de transferências por convênios dos governos federal e estadual, em especial os recursos destinados às operações do Sistema Único de Saúde - SUS. Registrou, ainda, os recursos advindos de parcerias com a sociedade civil e com os organismos internacionais, para implementação de diversos programas do Município, além da receita própria da Administração Indireta. Relatou que a proposta orçamentária prevê R\$1 bilhão em investimentos de parceiros privados, no formato das parcerias público-privadas - PPPs, a serem aplicados na construção de 35 novas unidades municipais de ensino infantil - Umeis - e na



educação integrada; na requalificação de postos de saúde; na reconstrução do Hospital Metropolitano; na implantação do Centro Administrativo Municipal; na construção do Centro de Convenções de Belo Horizonte. Ressaltou que, a partir de 2014, a LOA passa a incluir as receitas das empresas - Empresa de Processamento de Dados - Prodabel, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - Urbel, Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - Belotur - e Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHtrans, o que permitiu demonstrar e executar, na gestão orçamentária do Município, a totalidade das receitas fiscais administradas pelos órgãos e pelas entidades da administração direta e indireta. Quanto à renúncia de receita, disse que está estimada no montante próximo a setenta milhões de reais anuais, compreendidos nesse montante as remissões, as isenções, os descontos em virtude de pagamento antecipado do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - autorizados em lei e os incentivos à Cultura. Além disso, informou que as isenções atingem o valor de, aproximadamente, R\$21,66 milhões anuais, sendo R\$20 milhões relativos ao IPTU, cujos beneficiários são os proprietários de moradia de baixo valor venal, e R\$1,66 milhão relativo ao Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos" - ITBI. Ao apresentar o detalhamento da Receita Corrente Líquida, cujo montante é por volta de R\$8,30 bilhões, explicou que esta engloba as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais e agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas a contribuição dos servidores para custeio do sistema de previdência e a dedução de fundo para a educação básica. Disse que a Receita Corrente Líquida serve como parâmetro para o cálculo da despesa com pessoal e para os limites de endividamento. Declarou que os recursos da Proposta Orçamentária para 2014 foram alocados de forma a cumprir as diretrizes da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - que priorizam os programas e as ações relacionados às diversas áreas da PBH. Explicou que, tendo como referência a execução orçamentária de 2012 até julho de 2013, a despesa foi fixada para o exercício de 2014 como desdobramento por função de governo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Destacou a função Saúde e Educação que perfazem 45% de todas as despesas do Município. Apontou, também, que Saneamento, Habitação e Urbanismo juntos equivalem a 20% de todas as despesas. Relatou a intenção de escalonamento da dívida, de forma a diminuir os encargos vinculados a ela. Apresentou, na sequência, quadro que indicava a despesa fixada dos projetos sustentadores por área de resultado, em que destacou a despesa para a área Cidade Saudável, fixada em 33,72%. Apontou que, de maneira inovadora, a LOA fora elaborada alocando-se as despesas de forma regionalizada, que especifica a abrangência, dentre as nove regiões administrativas do Município, assim como aquelas de âmbito municipal, bem como a localização física dos gastos públicos na forma das ações de governo, segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais. Avaliou que essa iniciativa permitirá a realização de transformações na realidade de determinada localidade, de forma a gerar mais resultados e a ampliar a transparência dos gastos públicos. Registrou a manutenção do detalhamento da classificação orçamentária por natureza de despesa até o nível de modalidade de aplicação, como diretriz orçamentária para 2014, o que permite maior flexibilidade de aplicação dos recursos por elementos de despesa, sem prejuízo da identificação econômica do gasto durante a execução orçamentária. Disse que, para o cálculo da despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista, e encargos da administração direta e indireta, foram tomados como base os valores da folha de pagamento de junho de 2013, com os acréscimos relativos à implantação de planos de carreira e reajustes salariais já autorizados. Informou que o valor fixado para o exercício de 2014 corresponde a quase 40% da Receita Corrente Líquida. Quanto aos gastos com Ensino, informou que serão aplicados R\$1,60 bilhão, o que corresponde a 32,83% da receita de impostos e transferências constitucionais, atendendo, assim, às determinações legais. Informou que a LOA prevê recursos de quase R\$300 milhões para a continuidade da execução dos investimentos e serviços aprovados pelo Orçamento Participativo - OP - Regional, pelo OP da Habitação e pelo OP Digital. Afirmou que esses valores são cerca de cem milhões de reais superiores ao aprovado



em 2013 e estão condicionados à captação de recursos de empréstimos. Quanto ao Orçamento da Criança e do Adolescente, destacou que os recursos destinados a atender crianças e adolescentes ultrapassam três bilhões de reais, sendo o valor gasto na área de Educação o mais expressivo. Quanto às ações pertinentes à preparação da cidade para a realização dos eventos esportivos programados para 2014 e 2016, destacou ser objetivo da PBH que as subações tragam um legado para o Município. Para o megaevento esportivo da Copa do Mundo Fifa 2014, disse que a Prefeitura prevê a aplicação de cerca de duzentos milhões de reais, priorizando infraestrutura rodoviária. Informou que serão investidos R\$72 milhões na implantação do Transporte Rápido por Ônibus - BRT - na Avenida Antônio Carlos (vetor norte); R\$66 milhões para implantação da Via 710; R\$25,8 milhões para a Estação de Integração Pampulha; R\$13 milhões para o BRT na Avenida Cristiano Machado e R\$11,3 milhões para o BRT na Avenida Pedro II (região Noroeste). Registrou, ainda, que outros R\$8 milhões serão aplicados em ações de apoio ao evento, e R\$1,5 milhão está previsto para capacitação de profissionais, da rede hoteleira, da segurança pública, do transporte e da prevenção à exploração sexual. Outra inovação citada pelo secretário foi a inclusão, na LOA para 2014, do Orçamento Temático do Idoso, que consiste na apuração de todas as ações constantes no Orçamento do Município que, direta ou indiretamente, impactam a vida dos idosos e se relacionam às políticas públicas que os tenham como foco. Informou que o investimento nessa área é de cerca de oitocentos milhões de reais, com destaque para o Projeto Promovendo Vidas Saudáveis. Registrou, por fim, constar da LOA reserva de contingência no valor de pouco mais de nove milhões de reais, o que corresponde a 0,1% da Receita Corrente Líquida. Considerou que o orçamento apresentado tem atuação ampla e atende, de forma adequada, a tudo o que se considera importante para o Município. O vereador Jorge Santos indagou a razão de, no PPAG, ser destinado um volume maior de recursos para a regional Centro-Sul e, na LOA, ser destinado um volume maior para a regional Barreiro. Indagou se o motivo para tal seria a implantação do Hospital Metropolitano. Indagou, ainda, se na previsão de



pagamento de precatórios estaria incluído o pagamento de férias-prêmio dos servidores. Questionou, ainda, o motivo de não haver previsão de recursos significativos para a área de Assistência Social, em especial para os moradores de rua. O vereador Pedro Patrus parabenizou a comissão pela série de audiências realizadas para discussão do PPAG e da LOA, bem como parabenizou os representantes da PBH pela participação nessas audiências. Apontou dificuldade na análise dos arquivos disponibilizados, em razão de não haver acesso aos valores financeiros previstos para subações. Além disso, considerou que a análise geral das áreas de resultado não é suficiente para fiscalizar os atos do Executivo. Outro problema apontado pelo vereador é não conseguir manipular os dados para identificar os investimentos de cada fonte de recurso. Destacou a necessidade de se conhecerem os valores provenientes de investimento do governo federal e os do ROT. Solicitou esclarecimentos relativos às PPPs, pois, segundo informou, no PPAG, a área de resultado intitulada “parcerias, concessões e operações urbanas – 13ª área” possui previsão de quase trezentos milhões de reais para 2014, mas essa mesma área não aparece na LOA. Ademais, avaliou que, se for comparada a previsão de 2013 com a de 2014, era possível identificar algumas áreas de resultado que tiveram diminuição no total de recursos a elas destinadas em relação ao total do Orçamento. Questionou a disparidade da distribuição de recursos entre as regionais. Para exemplificar, citou que para Esporte e Lazer, a Leste deve receber R\$5 milhões e o Barreiro, apenas R\$1 milhão. A palavra foi passada ao público presente. Ernane Ferreira Leandro solicitou que os Centros de Vivência Agroecológica - Cevaes - não sejam incluídos nas áreas a serem vendidas pela PBH, ainda que estes não estejam justificando sua existência comparativamente ao espaço a eles destinado. Solicitou, também, que o Cevae da regional Oeste, localizado no Morro das Pedras, seja utilizado como espécie de “academia da cidade ampliada”. Declarou que a sociedade civil da regional Oeste lamenta dizer que, nessa regional, OP é considerado uma figura de retórica. Disse que o Conselho Municipal de Saneamento - Comusa - suspendera sua reunião mensal de setembro e já comunicara que, em



outubro, também não haveria reunião. Indagou, diante da prioridade de recursos para regionais, qual fora o critério adotado para colocar a regional Oeste em penúltimo lugar. Registre-se a presença do vereador Adriano Ventura. Tiago Moraes considerou que aqueles que participam de audiências públicas são pessoas interessadas em participar do destino do Município. Disse não ter detectado, na LOA, previsão de reajustes salariais e condições de valorização para o funcionalismo. Apontou a dificuldade para entender a LOA, diante da falta de detalhamento das despesas financeiras das subações e de localizar os relatórios de execução do Orçamento do terceiro quadrimestre de 2012, de forma a verificar o que de fato foi executado no ano passado. Relatou que o Sistema Orçamentário e Financeiro - SOF - da PBH estaria disponível para a Câmara dos vereadores, mas que, além da grande defasagem de tempo, apresenta inconsistência em seus dados. Informou que o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi - apresenta todas as funções da execução financeira em tempo real. Diante disso, indagou sobre a possibilidade de a PBH disponibilizar sistema semelhante ao do governo federal. Lembrou a votação, nesta Casa, de lei que isentou os hospitais da outorga onerosa do direito de construir. Informou que essa outorga é concedida àqueles que constroem acima do potencial construtivo autorizado e gera sobrecarga à infraestrutura urbana, sendo, por isso, exigida daquele empreendedor contrapartida financeira para que o Município invista em sua infraestrutura. Criticou o fato de a PBH não considerar essa outorga como renúncia de receita e, por isso, não efetuar seu detalhamento. Questionou, então, em que categoria da LOA seria inserido o Certificado de Potencial Adicional de Construção - Cepac. Manifestou receio de esse certificado criar uma “bolha imobiliária” em Belo Horizonte. O representante do Movimento Nossa BH, Nemer Sanches de Souza, indagou qual seria a variação percentual da receita prevista para 2014 em relação à de 2013. Propôs a destinação de verba direta do Orçamento municipal para as obras do OP deliberadas pelas comunidades, sem vincular a conclusão dessas ações à realização de operações de crédito, que podem não ocorrer, conforme anunciado nesta reunião,



pela Prefeitura. Em seu entendimento, o OP deve ser prioridade para o Município. Indagou o que seria mais oneroso para a cidade: o governo arcar com os custos dos serviços de retaguarda ou o governo pagar para que o privado as execute. A moradora do Bairro Lagoinha, Olga, questionou o motivo para a garantia de recursos para a construção do Centro Administrativo e o fato de não haver a mesma garantia para a execução de obras do OP. Criticou a ausência de discussão com a comunidade sobre a implantação desse centro. Apontou a necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural do Bairro Lagoinha. Apontou, também, a necessidade de construção de local para abrigar o grande número de moradores de rua e dependentes químicos existentes no Bairro Lagoinha. A moradora do Conjunto Popular Ribeiro de Abreu, Conceição, apontou a situação de miserabilidade das pessoas que residem nesse conjunto, expostas a diversos tipos de risco, inclusive à queda de barreira. Indagou se haveria previsão, no orçamento da regional Nordeste, de execução de melhorias no local. A promotora de justiça, Maria de Lurdes Santa Gema, anunciou a apresentação de emendas, de autoria da promotoria, ao projeto da LOA, que preveem mais aporte de recursos para as regiões do Barreiro e de Venda Nova para construção de novas unidades de atendimento para crianças e adolescentes usuários de álcool e drogas. Explicou que, a partir de pesquisas, foi identificada maior demanda nessas regiões, contrariamente à previsão da LOA, que prioriza a regional Leste. Propôs a realização de audiências públicas nas regionais de forma a garantir maior participação popular. O secretário Leonardo Paolucci registrou sua percepção sobre o processo do PPAG. Disse que, neste período de um ano de atuação da Prefeitura, presenciara um trabalho do mais alto nível em termos de intenção e envolvimento por parte de todas as pessoas e lideranças do processo de elaboração e divulgação do Orçamento. Lembrou que essas audiências representam obrigação legal, mas registrou que essas audiências nunca aconteceram da forma como ocorreram neste ano. Relatou que, em gestões anteriores, eram realizadas apenas duas audiências com a presença, apenas, do secretário municipal de Planejamento. Registrou a presença, nas audiências atuais, de todos os

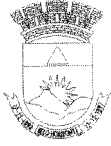


CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

secretários temáticos apresentando e se dispondo a responder a todas as perguntas, demonstrando conhecimento de causa. Afirmou que estes não se furtaram a rediscutir e a mudar sua posição. Registrou a importância da participação popular, mas manifestou, no entanto, tristeza pelo fato de, nessas audiências, ter presenciado visões rasas e infundadas, dados errados e inverdades, e, eventualmente, falta de respeito para com os representantes do governo. Disse que atender a todas as necessidades dos cidadãos é impossível, diante da limitação de recursos, o que impõe ao governo estabelecer escolhas e priorizar o que é mais importante. Disse que a democracia é o melhor caminho e que espera estar contribuindo para uma cidade mais justa, confortável e próspera para todos. O secretário Thiago Grego disse que, pela primeira vez, o Município se dispusera a colocar no Orçamento a proposta regionalizada. Informou que, conforme a previsão, serão investidos R\$430 milhões no Barreiro, R\$394 milhões na região Nordeste, R\$390 milhões em Venda Nova, R\$380 milhões na regional Centro-Sul e uma média de trezentos e cinquenta milhões de reais nas demais regionais. Lamentou, no entanto, que essa proposta ocorrera apenas em parte do Orçamento. Disse que os recursos para suprir muitas das demandas das regionais estão inseridos dentro do valor global, citando, como exemplo, a instalação de Centros de Atenção à Saúde Mental - Sesames. Afirmou que a regionalização do Orçamento será aperfeiçoada ao longo do tempo. Informou, também, que o Hospital Metropolitano não está regionalizado e sim a instalação, no Barreiro, do BH Resolve. Com relação ao valor do investimento em Saneamento, apontou que a responsabilidade do Município é a pluvial, a drenagem e as obras de fundo de várzea. Informou que o pagamento de férias-prêmio é previsto na rubrica de despesa de pessoal. Quanto aos moradores de rua, afirmou não haver uma única ação direcionada a esses, o que, a seu ver, pode ser aperfeiçoado no próximo Orçamento. Afirmou, também, que, mesmo no PPAG, os recursos destinados à regional do Barreiro são maiores do que os das demais regionais. Com relação à identificação de fontes, propôs consulta ao manual de elaboração orçamentária. Disse que sempre é feita pesquisa para conhecer a



disponibilidade de equipamentos públicos em relação à população atendida. Avaliou que algumas áreas de resultado tiveram seus recursos diminuídos em função da entrega de projetos. Reafirmou que o SOF está disponível para a CMBH, o que falta é uma política interna de liberação dessas informações. Explicou como acessar, no sítio eletrônico da PBH, as informações da prestação de contas do 3º quadrimestre de 2012. Quanto às Cepacs, disse não estarem previstas no Orçamento do ano que vem e que não está definido qual tratamento contábil será dado a ela. Informou que o percentual de incremento de receita é de 14,69%. Em relação às operações de crédito do OP, disse que não se consegue zerar todas as obras do OP utilizando apenas a receita do Município, daí a necessidade de serem complementadas. Em relação às operações de retaguarda, afirmou que, em cada trabalho de PPP, é feito um *evaluation*, de forma a se verificarem os valores que estão sendo investidos, o valor da contraprestação e o valor do investimento do capital privado. Afirmou que, para que o trabalho de PPP ocorra, é preciso se comprovar a viabilidade econômica do negócio, ou seja, é preciso provar que o privado executaria o serviço de forma mais econômica que o público. Disse que, no PPAG, não existe “13ª área”, e que isso se trata de erro material, pois deveria ter sido chamada de anexo informativo. Informou, ainda, que na LOA todas as ações de PPP se encontram no Programa 161. Quanto ao Centro Administrativo, disse ser pretensão da PBH a construção desse centro no Bairro Lagoinha, e que, se e quando essa obra for entregue, haverá contraprestação, por parte do investidor, do pagamento do principal em relação ao investimento que foi feito e em relação aos serviços pagos pela PBH. Em relação à desapropriação, disse que não haviam sido definidos os valores para tal, por isso não foram incluídos na LDO. Lembrou ter sido publicado decreto que apenas prevê a região do Bairro Lagoinha como área de interesse público. Reafirmou que a intenção da PBH é a de que o centro seja instalado no Bairro Lagoinha, mas apontou a necessidade de se discutir essa proposta e de elaborar projeto arquitetônico para tal. Garantiu que o objetivo da PBH é revitalizar toda a região. O secretário adjunto de Segurança Alimentar e Nutricional, Flávio Duffles, explicou que o Cevae



não é da competência da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e sim da Fundação de Parques Municipais. Disse que essa secretaria tem promovido, todavia, atividades na área de medicina alternativa. Às 21h17min, o presidente prorrogou a reunião por 20 minutos. O vereador Adriano Ventura parabenizou a regionalização prevista na LOA, mas criticou autorização para abertura de crédito suplementar até o limite de 15%, o que representa um valor de cerca de R\$1,72 bilhão. Apontou que, para uso dessa verba, a Prefeitura não depende de autorização dos vereadores, nem precisa explicitar sua necessidade e aplicação. Insistiu na necessidade de redução desse índice. O presidente informou que, em 23/10/13, encerrar-se-ia o prazo para apresentação de sugestão de emendas para análise da comissão. Disse que a comissão estudará todas as sugestões que, uma vez consideradas pertinentes, seriam apresentadas em forma de emendas. Manifestou satisfação pelo trabalho desenvolvido pela comissão com relação ao PPAG e à LOA. Disse ser favorável à realização, nos próximos anos, de audiências públicas nas regionais, de forma a permitir maior participação popular na discussão dos projetos que contêm o PPAG e a LOA. Nada mais havendo a ser tratado, às vinte e uma horas e trinta minutos, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente:.....

